

Versão Online ISBN 978-85-8015-093-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2016

O PAPEL DO PEDAGOGO COMO MEDIADOR DO PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA: Respeitando as diferenças

Silvana Fátima Copini Cassol¹

Andreia Nakamura Bondezan²

RESUMO: Este artigo descreve, analisa e apresenta os resultados alcançados durante a implementação do projeto do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) que teve como objeto o pedagogo no processo de inclusão da pessoa com deficiência na escola. Propicia uma discussão reflexiva acerca das práticas do pedagogo em relação à inclusão escolar por meio de uma proposta que compreende o desenvolvimento de uma construção de consciência inclusiva e respeito às diferenças com os alunos do Ensino Fundamental. Tem como suporte teórico-metodológico a abordagem Histórico-cultural. Com atividades lúdicas e dinâmicas, e discussões teóricas promoveu-se a reflexão acerca das pessoas com deficiências no contexto escolar. Conclui-se que o pedagogo pode contribuir com a inclusão escolar da pessoa com deficiência na medida em que promove a participação de toda a comunidade escolar, de forma democrática, possibilitando trocas de conhecimento acerca desse processo, seus limites e possibilidades e a necessidade de respeito às diferenças na busca por uma educação de qualidade para todos os alunos.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Pedagogo. Mediação.

1 Introdução

A formação continuada realizada pelo Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) envolve estudo, pesquisa, ensino, construção e socialização de conhecimentos. Esse artigo aborda a função do pedagogo na inclusão escolar de pessoas com deficiência em atividades realizadas com alunos do Ensino Fundamental e professores que participaram do Grupo de Trabalho em Rede (GTR).

Pensar a realidade escolar é refletir as diferentes situações no dia a dia da escola. Muitas vezes, por não saber como lidar com elas, tais situações tornam-se motivo de frustração e desânimo no fazer pedagógico. O primeiro passo é admitir o problema e tecer estratégias para possíveis mudanças.

De acordo com Saviani (1985) o pedagogo sabe avaliar e, certamente, fazer o diagnóstico dos principais problemas que acometem o processo de ensino e

¹ Pedagoga pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Internacional de Curitiba.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

aprendizagem na realidade que ele atua , propiciando que os alunos aprendam, sejam respeitados em suas diferenças e valorizados em suas potencialidades.

Com a atuação na equipe pedagógica por doze anos em uma escola, percebeu-se que, havia por parte de muitos alunos certa intolerância em aceitar as diferenças existentes no contexto escolar, gerando com isso diversas situações conflituosas que acabavam demandando muito tempo da equipe pedagógica na mediação desses conflitos. Nas anotações contidas nas atas de registro de ocorrências indisciplinadas da equipe pedagógica dos últimos anos, constatou-se que, nos sextos anos do Ensino Fundamental as situações de *bullying* e de preconceito de todas as formas eram mais intensas.

Atrelado a essa questão, havia alguns alunos com deficiência que chegavam na escola e, muitas vezes, eram deixados de lado pelos colegas, não por maldade, mas por que não sabiam como tratá-los ou como interagir com eles. Diante desta realidade, desenvolveram-se atividades pedagógicas práticas e teóricas com os alunos dos sextos anos, promovendo a reflexão acerca da vida das pessoas com deficiência, suas lutas históricas para o reconhecimento legal dos seus direitos e como ocorre o processo de inclusão escolar, possibilitando a compreensão da existência das diferenças e do direito de todos a uma sociedade não excludente.

Neste artigo, é apresentada primeiramente uma discussão teórica acerca da inclusão escolar e os desafios desse processo, em seguida, as atividades realizadas na implementação do projeto na escola e a formação de professores via Grupo de Trabalho em Rede.

2 Inclusão escolar

Para entender o processo da inclusão na sociedade atual é preciso uma breve retomada da trajetória histórica do tratamento dado às pessoas com deficiências, sem deixar é claro, de evidenciar o viés político e cultural que perpassam esse processo ao longo da constituição da sociedade.

Algumas contribuições importantes de autores como Pessotti (1984) e Carvalho; Rocha e Silva (2006) fazem referência a essa retrospectiva.

Nas sociedades primitivas a quase inexistente força de produção do homem que sobrevivia da caça, pesca e coleta de frutos o tornava nômade. Assim sendo, as pessoas com deficiências acabavam abandonadas por dificuldade de

locomoção. Percebia-se que acontecia uma espécie de seleção natural, sem nenhum sentimento de pena ou de ódio. Eram deixados por não poderem ir ou, serem levados.

Já nas sociedades escravistas a valorização da mitologia e da religiosidade serviam como suporte para a imposição de princípios e havia um ideal físico e mental para as pessoas (PESSOTTI, 1984). Um exemplo é o que acontecia em Esparta na Cidade-Estado onde as crianças pertencentes à nobreza que nasciam com alguma deficiência eram eliminadas por que não serviam ao principal objetivo daquela época que era o preparo de bons soldados para a guerra. No caso dos escravos, quando nasciam com algum problema, também eram eliminados, porque não serviam para o trabalho braçal.

A Idade Média respirava a influência cristã e, por isso, privilegiava o clero e a nobreza. Neste sentido, sua ideologia pautava-se no homem como sendo a imagem e semelhança de Deus e, por esse motivo a pessoa com deficiência estava fora desse conceito. Era rejeitada e excluída do convívio social de duas maneiras: Permanecia em casa vivendo enclausurado, ou era abandonada em asilos, hospícios e hospitais mantidos pela igreja católica. A deficiência era vista sob dois aspectos: Como um castigo merecido ou como um meio de se exercer a caridade.

[...] o deficiente tem, que ser mantido e cuidado. A rejeição se transforma na ambiguidade proteção segregação ou, em nível teológico, no dilema caridade castigo. A solução do dilema é curiosa: para uma parte do clero, vale dizer, da organização sociocultural, atenuasse o 'castigo' transformando em confinamento, isto é, segregação (com desconforto, algemas e promiscuidade), de modo tal que segregar é exercer a caridade, pois o asilo garante um teto e alimentação. Mas, enquanto o teto protege o cristão, as paredes escondem e isolam o incômodo ou inútil. Para outra parte da sociocultural medieval cristã, o castigo é caridade, pois é meio de salvar a alma do cristão das garras do demônio e livrar a sociedade das condutas indecorosas ou antissociais do deficiente (PESSOTTI, 1984, p.7).

Na Idade Moderna o Humanismo exaltava o valor do homem, a pessoa que apresentava deficiência era vista sob a perspectiva patológica. Passou então a ser entendido como um problema médico digno de tratamento e complacência. A pessoa com deficiência era menosprezada e separada da sociedade (CARVALHO; ROCHA; SILVA, 2006).

A metade do século XX marcada pela crescente luta pelos direitos humanos

de todas as minorias sociais aprofunda a crítica à institucionalização. Na década de 1970 começaram os movimentos pela integração³ e, dessa forma não consideravam as diferenças de fato e que elas deveriam ser acolhidas no convívio social, já que elas não podiam simplesmente deixar de existir.

Somaram-se a isso os avanços científicos, no final da década de 1960 e surgiram então diversas iniciativas no sentido de inserir as pessoas com deficiência em todos os âmbitos da sociedade. Procurando satisfazer as necessidades sociais, psicológicas e físicas dessas pessoas preocupou-se com a inserção social delas, logo, com a abertura de instituições sociais, e conseqüentemente, a escola.

Neste momento é importante entender a diferença entre o processo de integração e inclusão. Enquanto que a ideia de integração busca as mudanças individuais no sujeito para normalizá-lo, a inclusão deve preocupar-se com o processo de desenvolvimento do sujeito e com as suas condições de inserção social prevendo ajustes e adequações específicas às suas reais necessidades (físicas, materiais, humanas, sociais, etc). Trata-se de assegurar às pessoas com deficiência, condições legítimas aos direitos humanos, que tenham atendimento em escolas especiais quando houver severidade de algumas deficiências, mas que tenham direito ao acesso no ensino básico regular com qualidade, tendo a oportunidade da aprendizagem a partir da interação social, das relações interpessoais, aspecto básico da democracia e da cidadania (OMOTE, 1999).

A educação inclusiva pode ser definida como “a prática da inclusão de todos independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural em escolas e salas de aula provedoras onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas” (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21). Os autores trazem uma importante definição de inclusão e possibilita a reflexão de que inclusão não é apenas de pessoas com deficiência, mas inclusão da heterogeneidade de nossos alunos, sejam de ordem social, cultural, econômica, emocional, física ou neurológica.

Infelizmente neste processo esbarra-se em muitas situações que não respeitam e não dão condições para que o direito à inclusão se efetive. O próprio sistema educacional não consegue atender a demanda de alunos com múltiplas

³ Conceito que faz referencia a necessidade modificar a pessoa com necessidades educacionais especiais de maneira que esta pudesse vir a se identificar, com os demais cidadãos, para então poder ser inserida, associada a convivência igualitária em sociedade.

dificuldades e de inclusão devido à escassez de investimentos, a frágil formação de alguns profissionais da educação, a falta de estrutura física e pedagógica das escolas e falta de conhecimento ou condições para que os professores façam as adaptações curriculares necessárias objetivando potencializar as particularidades e especificidades de nossos alunos.

Assim, todos os dias, grandes barreiras são enfrentadas por aqueles que defendem a inclusão. Preconceitos, problemas cotidianos, desrespeito à legislação educacional, distorção do sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Sabe-se que as mudanças muitas vezes assustam, mas devem acontecer. É um direito do aluno e uma obrigação para o professor e toda equipe pedagógica que realmente se preocupa com o aprendizado significativo dos alunos, em processo de inclusão ou não.

Certamente, a educação tem hoje o grande desafio de ressignificar suas práticas frente a uma realidade social e educacional excludente. Pensando neste aspecto Werneck (1997, p. 58) destaca que, "Incluir não é favor, mas troca. Quem sai ganhando nesta troca somos todos nós em igual medida. Conviver com as diferenças humanas é direito do pequeno cidadão, deficiente ou não". A inclusão depende de mudança de valores da sociedade e não se faz com simples recomendações técnicas, mas com reflexões dos professores, direção, pais, alunos e comunidade. Ela é possível e viável, desde que seja adotada por todos com respeito e responsabilidade e com políticas públicas claras e investimentos.

No Brasil, documentos oficiais na perspectiva da educação inclusiva, foram organizados a partir de um movimento internacional com destaque nos eventos realizados em Jontiem e Salamanca que tiveram como resultado a Declaração sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994).

A Declaração sobre Educação para Todos, plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagens dos alunos e foi aprovada pela Conferência sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, 1990. Esse documento propõe que as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiências mereçam atenção especial. O segundo documento, a Declaração de Salamanca de 1994 preconiza que a escola deve acolher e atender as necessidades de todas as crianças independente das suas peculiaridades. Em 1998, houve a Elaboração do documento: Adaptações Curriculares para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Âmbito dos Parâmetros Curriculares

Nacionais.

Especificamente no Brasil, a Constituição Federal de 1988 traz em seu artigo 208, a preocupação com integração escolar enquanto preceito constitucional, destacando que o atendimento aos indivíduos que apresentam deficiência, deve ser preferencialmente na rede regular de ensino.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi publicado em 1990 como uma resposta às diretrizes internacionais estabelecidas pela Convenção dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU, 1989). Em relação à educação especial prevê que as crianças com deficiência sejam atendidas preferencialmente no sistema regular de ensino, prioriza a criança e o adolescente e estabelece os direitos e os deveres do Estado para com todas as crianças e jovens brasileiros.

Em dezembro de 1996 foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, com o objetivo de acelerar no país o processo de inclusão no ensino regular. Inegavelmente essa lei expressa em seu conteúdo alguns avanços significativos como a oferta da educação especial na faixa etária de zero a seis anos; a preocupação com a melhoria da qualidade do ensino para os alunos com deficiência e a preparação do professor para trabalhar com as limitações e diversidade dos alunos. O capítulo V dessa lei no artigo 58 trata especificamente da Educação especial e diz que ela deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino e, quando necessário, deve haver serviços de apoio especializado.

O Decreto n. 7.611 de dezessete de novembro de 2011 em seu artigo IV também estabelece que “O Poder Público estimulará o acesso ao atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, assegurando a dupla matrícula nos termos do art. 9º-A do Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007” (BRASIL, 2011).

O Estatuto da pessoa com deficiência aprovado em seis de julho de 2015 pela Lei 13.146 em seu capítulo IV também preconiza o direito da pessoa com deficiência a educação em todos os níveis e modalidades conforme suas especificidades. Resguarda em parágrafo único que “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão escolar” (BRASIL 2015).

Para pensar o processo de inclusão é preciso reconhecer a função social da escola que além de ensinar os conhecimentos científicos acumulados historicamente, deve propor a construção da autonomia humana. Pensar o indivíduo autônomo é criar condições para que o mesmo sinta-se sujeito ativo do processo de atuação e transformação da realidade social, a começar pela sua casa, escola, comunidade até atingir as demais esferas sociais. Porém, sabe-se que a escola apresenta um caráter dual, onde ao mesmo tempo em que deveria emancipar o pensamento humano, acaba reproduzindo as relações de produção social.

A escola reproduz a ideologia dominante, pois ela serve aos interesses da sociedade capitalista, visando o ensino muito mais para o mercado de trabalho do que para a formação humana.

Em relação à questão da marginalidade ficamos, pois, com o seguinte resultado: enquanto as teorias não-críticas pretendem ingenuamente resolver o problema da marginalidade através da escola sem jamais conseguir êxito, as teorias crítico-reprodutivistas explicam a razão do suposto fracasso. Segundo a concepção crítico-reprodutivista o aparente fracasso é, na verdade, o êxito da escola; aquilo que se julga ser uma disfunção é, antes, a função própria da escola. Com efeito, sendo um instrumento de reprodução das relações de produção a escola na sociedade capitalista necessariamente reproduz a dominação e exploração. Daí, seu caráter segregador e marginalizados Daí, sua natureza seletiva (SAVIANI, 2011, p.32).

Inegavelmente o viés histórico da sociedade apresenta uma cultura de inferiorização no tratamento das pessoas com deficiências que torna difícil aceitar e conviver com as diferenças. Apesar das lutas e das conquistas recentes das pessoas com deficiência pelo direito legal ao processo de inclusão, sabe-se que o ambiente escolar, seja ele regular ou especializado, acaba tornando-se muitas vezes excludente pela falta de condições concretas para que seja, de fato, garantida a qualidade do ensino para todos os estudantes, com o sem deficiência.

Apesar de existir amparo legal constitucional para o atendimento das necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiências, como já destacado, ainda há muitos percalços relacionados a sua efetivação. O debate envolvendo os indivíduos com deficiência não pode ficar restrito à lei, é necessária a participação dos familiares, educadores e gestores públicos para que se programem ações que permitam que essas crianças e adolescentes possam ter

acesso a uma educação de qualidade.

O direito à inclusão escolar trouxe os alunos com deficiência para a escola regular, no entanto, somente sua presença física neste ambiente não garante a inclusão. Atitude de desrespeito e discriminação são resultados da falta de conhecimento.

A partir disso, pensar o combate à discriminação de pessoas com deficiência no espaço escolar requer acima de tudo entender que todos os alunos devem encontrar as mesmas oportunidades de formação humana, e que toda a comunidade escolar precisa participar do processo de construção da cultura inclusiva, com ações em que os estudantes e suas famílias possam ouvir e serem ouvidos, transformar e serem transformados de forma emancipadora e democrática. O Pedagogo tem função privilegiada nesse processo.

3 Papel do pedagogo

Para que a escola possa alcançar seus objetivos é preciso repensar a função do pedagogo no espaço escolar, seu trabalho para a compreensão da dignidade humana e o respeito às diferenças na escola. Seu papel não pode resumir-se às inúmeras atribuições burocráticas que lhe são incumbidas de exercer. É preciso compreender que para além das situações conflituosas do cotidiano escolar “o pedagogo é aquele que possibilita o acesso à cultura, organizando o processo de formação cultural” (SAVIANI, 1985, p. 27), ou seja, pensar a organização das práticas pedagógicas sendo mediador do processo de ensino e aprendizagem de forma a garantir a consistência das ações e intenções do fazer pedagógico.

Assim, o trabalho do pedagogo no interior das escolas, exige na sua essência, um domínio mais aprofundado das questões educacionais e pedagógicas, indo muito além do mero espontaneísmo e imediatismo presentes na cultura escolar. Sobre esse trabalho Libâneo (2004, p. 192) contribui afirmando que “não pode eximir-se de uma determinação de sentido da práxis educativa, já que intervém no destino humano, na formação e no ser humano dos educandos”.

Neste sentido, é imprescindível que o pedagogo atue efetivamente em várias instâncias da prática educativa, como mediador e articulador na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e do Plano de trabalho Docente (PTD) dos professores, direcionando para uma proposta pedagógica de educação

inclusiva de forma que a flexibilidade curricular transponha a teoria e se efetive na prática docente atendendo as especificidades de todos os alunos.

O pedagogo, enquanto orientador desse processo, deve trabalhar a questão da superação ao preconceito em relação às diferenças no espaço escolar, preconizando a valorização do ser humano, sua identidade e suas necessidades. Como peça chave no desvelar dessa questão polêmica o envolvimento do pedagogo ocorre no sentido de efetivar elos de interação entre os agentes direta e indiretamente envolvidos com o tema a ser trabalhado. Implica, sobretudo, pensar que essa é uma questão coletiva que deve envolver todos os sujeitos do contexto escolar considerando suas contribuições particulares para a problematização, discussão e possível superação de estigmas presentes na ação humana e, por isso, no cotidiano escolar.

Ao meu ver, a Pedagogia ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. O *pedagógico* refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sóciopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa (LIBÂNEO, 2004, p.29).

Pensar a interação social dos sujeitos é imprescindível entender e reconhecer a importância de interagir uns com os outros. Segundo a abordagem Histórico-Cultural, que tem como precursor Vigotski, o desenvolvimento humano se dá em relação nas trocas entre parceiros sociais, pelos processos de interação e mediação. Assim sendo, o processo de inclusão deve ser entendido a partir do pressuposto que o desenvolvimento da criança com deficiência é igual ao das crianças sem deficiência, interagindo com crianças iguais e diferentes, a diferença é que necessita de condições específicas às suas particularidades.

Neste sentido, o papel do pedagogo é ser mediador desse processo, oferecendo condições concretas para que a deficiência seja significada através de experiências onde a criança possa construir sua identidade e estruturas psicológicas de forma a sentir-se valorizada nos processos de ação e interação com os demais.

Para “representar” o lado subjetivo da questão, podemos lembrar a importância de socialização de medos e angústias, de problematização conjunta de mitos e tabus, de criação coletiva de formas de

enfrentamento de resistência de cada um dos agentes envolvidos em processos de inclusão (AMARAL, 2002, p.246).

Assim sendo, mediar é, sobretudo, saber como conduzir o processo de ensino e aprendizagem, com postura pedagógica capaz de mobilizar a comunidade escolar para o enfrentamento da inclusão, dentro daquilo que se pode fazer na escola hoje, com as reais condições que cada escola possui. A análise de Vigotski (1997) sobre a educação da pessoa com deficiência, apesar da época e do contexto histórico, diferente do atual, possibilita a reflexão acerca da necessidade de práticas concretas para a implementação de experiências educacionais que promovam a emancipação e a dignidade social das pessoas com deficiência.

Vigotski (1997) desejava, sobretudo, que a deficiência fosse superada no plano social. A escola poderia então, colaborar para isso. Com o desenvolvimento pedagógico de atividades que oportunizem o conhecimento na interação social de professor e aluno, bem como, entre todos os alunos, independente das suas diferenças e/ou limitações.

A ninguém ocorre sequer negar a necessidade da pedagogia especial. Não se pode afirmar que não existem conhecimentos especiais para os cegos, para os surdos e os mentalmente atrasados. Porém esses conhecimentos e essas aprendizagens especiais há que se subordiná-los à educação comum, à aprendizagem comum, a pedagogia especial deve estar diluída na atividade geral da criança (VIGOTSKI, 1997, p. 65).

Sob a análise da perspectiva da teoria histórico-cultural, a aprendizagem é a porta de entrada do sujeito para a apropriação da cultura historicamente elaborada. É de extrema importância a valorização dos processos de interação entre alunos com e sem necessidades educacionais especiais no contexto escolar. Para Vigotski (1997), a modificação da condição social da criança com deficiência ocorre quando se amplia as possibilidades de interação da criança com deficiência com as outras pessoas.

Os alunos interagindo entre si, estarão desenvolvendo uma ação importante no processo de aprendizagem daqueles com deficiências ou dificuldades para aprender. Uma vez mediados e estimulados em atividades pedagógicas intencionais, os alunos passam a dividir muito mais que o espaço físico e aprendem a resolver problemas juntos, superar e respeitar o seu e o limite dos outros. A aprendizagem acontece baseada nas relações interpessoais e nas circunstâncias

históricas. O espaço escolar pode ser para os alunos que apresentam deficiência a conquista da autonomia pessoal e social.

Assim sendo, o grande desafio da escola contemporânea é aprender a lidar com as especificidades educacionais dos seus alunos, principalmente no que diz respeito às suas potencialidades, limitações e possibilidades de transformação física e psíquica.

Levando isso em conta, as estratégias de ação do projeto de implementação foram desenvolvidas com o público alvo da seguinte maneira:

Quadro 1. Síntese das estratégias de ação

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO ANO LETIVO 2017	
FEVEREIRO AÇÃO 01	01. Reunião com os pais dos alunos do 6º ano para expor a intencionalidade do projeto, bem como, solicitar aos responsáveis autorização para a participação dos alunos.
MARÇO AÇÃO 02, 03 E 04.	02. Introdução do tema sobre Inclusão através de uma dinâmica (rótulos). 03. Aula no laboratório de informática para assistir a uma animação (Festa nas nuvens). Trabalho sobre o conceito e as diferenças entre <i>bullying</i> e preconceito. Produção de texto sobre os temas abordados. 04. Trabalho sobre gêneros textuais com ênfase nas histórias em quadrinhos. Atividade baseada na animação de Maurício de Souza com a criação do personagem "Nando"-tema deficiência física. Aprofundamento da temática usando o programa HQ (história em quadrinhos) no laboratório de informática.
ABRIL AÇÃO 05, 06 E 07.	05. Fala de uma pessoa com deficiência física para os alunos. Trabalho sobre como devemos nos comportar na presença de uma pessoa com deficiência. 06. Elaboração de peça de teatro com os alunos (história de vida da pessoa com deficiência). Descrição do roteiro e o enredo. Distribuição dos papéis. Início da confecção do cenário. 07. Ensaios da peça de teatro.
MAIO AÇÃO 08, 09 E 10.	08. Trabalho com apresentação de slides sobre as deficiências física, intelectual, visual e auditiva. Conceito de inclusão escolar. Dinâmicas e atividades práticas relacionadas ao tema. 09. Trabalho sobre gênero textual-Jornal. Elaboração de um jornal com os alunos utilizando as produções realizadas durante a implementação do projeto. 10. Finalização do jornal.
JUNHO AÇÃO 11.	11. Apresentação da peça de teatro para a comunidade escolar e o convidado sobre o qual foi realizada a peça de teatro. Entrega dos jornais para os alunos da escola.

Fonte: Produzido pelas autoras.

A primeira ação desenvolvida foi uma breve reunião com os responsáveis dos alunos para apresentação do projeto. Os responsáveis presentes, pouco mais da metade, demonstraram interesse pelo tema apresentado e autorizaram a participação do seu filho (a) no projeto. A intenção foi a de sensibilizá-los para a importância do tema a ser tratado.

No primeiro encontro realizado estiveram presente vinte e cinco alunos. A aula iniciou com a apresentação da professora e em seguida com a dos alunos. Na sequência foi explicado para eles o tema do projeto e a sua importância para o contexto escolar. Dando continuidade, ocorreu à realização da dinâmica dos rótulos: Dispostos em círculo cada aluno escolheu uma etiqueta adesiva que estava dentro de uma caixa no meio do círculo contendo um adjetivo bom ou ruim. Estando com o lado escrito virado para baixo, os alunos não puderam ver qual palavra escolheram. Em seguida, colaram na testa uns dos outros, de modo que todos ficaram com seus rótulos na testa. Os alunos ficaram curiosos no início e depois acharam graça dos rótulos colados na testa dos colegas. Durante a problematização da dinâmica, muitos deles queriam falar, quando questionados sobre situações envolvendo as pessoas e o preconceito. A palavra *bullying* apareceu algumas vezes, apesar de não saberem diferenciá-lo em relação ao preconceito.

Dessa forma, buscou-se explicar primeiramente o significado de ambas: Conforme o dicionário “*Merriam Webster’s Collegiate*” o termo de origem inglesa *bullying*, significa “tratar abusivamente, afetar pela força ou coerção, usar linguagem ou comportamento amedrontador, intimidar” (OLIVEIRA; VOTRE, 2006, p. 173). “Os preconceitos raciais e sociais não são manifestações isoladas de um indivíduo, mas parte de um comportamento que pode ser notado dentro de uma coletividade” (ITANI, 1998, p.127). Feita a definição das duas palavras procurou-se exemplificar com os alunos situações vivenciadas por eles que pudessem caracterizar o *bullying* e o preconceito. Alguns disseram ter sofrido algum tipo de preconceito ou conheciam alguém que já tivesse sofrido, porém, ninguém admitiu ter sido preconceituoso ou ter praticado *bullying*.

No segundo momento da aula, os alunos foram até o laboratório de informática assistir a animação “Festa nas nuvens”. No retorno, em roda de conversa na sala de aula falaram sobre o vídeo assistido e realizaram (poema, rima ou ilustração) sobre o conteúdo abordado. Todos participaram da atividade proposta, a receptividade dos alunos foi muito boa neste primeiro encontro. Percebeu-se com isso, como de fato o pedagogo atuando como mediador do processo de ensino e aprendizagem pode contribuir para concretizar a educação inclusiva na escola, agindo como articulador dos debates e práticas pedagógicas em favor do respeito aos alunos com deficiência. Para que isso ocorra portanto, o pedagogo:

[...] considera o saber, as experiências, os interesses e o modo de trabalhar do professor, bem como cria condições para questionar essa prática e disponibilizam recursos para modificá-la, com a introdução de uma proposta curricular inovadora e a formação continuada voltada para o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões (ORSOLON, 2007, p. 22).

Essa tarefa é essencial, a clareza que o pedagogo precisa ter para sincronizar o seu trabalho em favor das reais necessidades da escola, dos professores, dos alunos e suas especificidades.

No segundo encontro, aconteceu a antecipação da fala de uma pessoa com deficiência que estava prevista para o quinto encontro, em virtude da agenda do palestrante. O convidado, uma pessoa com deficiência física, cadeirante, fez uma fala bem interessante sobre sua história de vida, começou a palestra na cadeira de rodas no fundo da sala e logo depois desceu e foi engatinhando para a frente, o que causou reação de espanto nos alunos, permaneceu de joelhos e falou durante cinquenta minutos. Fez uma fala acessível e descontraída utilizando indagações reflexivas acerca dos limites e possibilidades da pessoa com deficiência.

É preciso pensar que a inclusão só ocorre quando os incluídos sentem-se participantes do meio a que pertencem. Isso acontece quando as pessoas são valorizadas nas suas diferenças, podem contribuir socialmente com aquilo que possuem. Foi significativo para os alunos aprender com o convidado cadeirante, mas perceptivelmente recompensador para ele saber que tem algo importante para ensinar, e sobretudo, ser valorizado por isso.

No terceiro encontro houve a continuidade na segunda parte da aula 02, trabalho no laboratório de informática com história em quadrinhos. A atividade não ocorreu conforme o planejado, a sensação foi de frustração. Apesar de ter tentado antecipadamente baixar o programa HQ (história em quadrinhos), e ter conseguido em apenas dois computadores, no dia da atividade ainda tentou-se acessar o programa online, porém a internet não suportou. Foi necessário improvisar, imprimindo algumas cópias de uma história em quadrinhos sobre inclusão social, em que os alunos trabalharam em dupla. Foi possível perceber com isso que, infelizmente, muitas vezes quando os professores preparam uma aula utilizando metodologias com recursos tecnológicos, nem sempre a escola pode contar com computadores em boas condições de uso e internet de qualidade para que eles possam realizar com sucesso o trabalho planejado.

Na aula 03, a dinâmica realizada com os alunos na qual um andava com

olhos vendados (fazendo papel de cego) e outro atuava como guia, num passeio pelo pátio da escola, provocou os alunos a pensar sobre a acessibilidade no espaço escolar. Constataram que na escola há espaços inadequados, como por exemplo, o acesso para a quadra poliesportiva, a calçada estava danificada, inacessível para o aluno cadeirante ou cego. Um aluno relatou “Que sensação ruim professora, viver o papel de um cego”. Neste sentido, trabalhou-se com os alunos a lei 10.098, de 19 dezembro de 2000. Analisou-se a importância que essa lei representa para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, no intuito de se evitar barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos. Foi possível refletir sobre o espaço escolar, se ele está ou não preparado para receber alunos com deficiência.

Na aula 04, realizada no último encontro da implementação, o palestrante fingiu-se de surdo até a metade da palestra, surpreendendo a todos com a sua dinâmica. É importante que os alunos conheçam os diferentes tipos de língua e cultura. Que o ensino bilíngue pode representar um passo importante para a autonomia das minorias.

Nas aulas 05 e 06 houve a construção, com os alunos, de uma peça de teatro. Os alunos tiveram que lembrar da fala do palestrante para compor as cenas, deram sugestões, participando ativamente de todo o processo.

A aula 07 realizou-se o trabalho com os gêneros textuais. Foi possível perceber que os alunos tinham pouco contato com o jornal impresso. Os alunos ficaram orgulhosos ao verem suas produções no informativo. O jornal foi disponibilizado no site da escola para que todos tivessem acesso⁴ como sugestão dos próprios alunos que pensaram ecologicamente correto, na economia de papel.

A apresentação da peça foi emocionante, tanto para os alunos quanto para a plateia, o convidado especial, inspiração para a peça de teatro, se emocionou muito, parabenizou o trabalho realizado e agradeceu.

Nem tudo ocorreu conforme o planejado, mas pode-se afirmar que o aprendizado para os alunos foi significativo. Assim, as estratégias de ação adotadas como encaminhamento metodológico contemplaram atividades pedagógicas significativas para a compreensão do aluno em relação à pessoa com deficiência e o processo de inclusão. Partiram do pressuposto de que é necessário conhecer a

⁴ No site www.colégioataratas.com está disponível o jornal produzido pelos alunos.

realidade do outro sem julgá-lo pelas suas limitações, mas sobretudo para entender, respeitar e valorizar suas potencialidades.

3 Formação de professores GTR

O Grupo de Trabalho em Rede (GTR), uma das atividades PDE é uma proposta de formação continuada aos professores da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná. O GTR 2017 foi desenvolvido em três módulos, nos meses de maio, junho e julho. Esse grupo de trabalho teve como objetivo o estudo, análise e discussão da temática “O papel do pedagogo e a inclusão escolar”, bem como, a troca de experiências e socialização entre os cursistas e o professor PDE.

No primeiro módulo houve a apresentação e aprofundamento teórico da temática. No segundo, a discussão do projeto de intervenção pedagógica na escola e a produção didática e, no terceiro módulo, o relato de como ocorreu a implementação do projeto de intervenção pedagógica na escola. A participação dos cursistas ocorreu através de atividades fórum e diários online.

Observando o relato dos cursistas, constatou-se que, o pedagogo ainda encontra muitas barreiras para efetivar o trabalho com a inclusão escolar nas escolas onde trabalham, isso fica claro na fala de uma cursista:

Hoje em nosso colégio não temos uma só barreira como limitação são inúmeras para uma efetiva inclusão, que se não de qualidade, que se efetive ao menos com respeito, falamos de casos básicos de falta de respeito com o outro, que até parece que não estamos falando de seres humanos, as vezes me envergonho de alguns professores, que não aceitam, que fingem que esses alunos não existem, na verdade essa para o meu trabalho pedagógico é a mais difícil e digo, penosa de se alcançar, todas as outras, criando um grupo de apoio, contando com políticas públicas mínimas, buscando informações, há possibilidades de um bom trabalho, mas não sei mesmo, como transpor a barreira da discriminação por parte da equipe docente.(PROFESSORA PEDAGOGA GTR, 2017).

A principal queixa dos colegas pedagogos é de que os professores do ensino regular não se sentem preparados para atender os alunos com deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem e ainda resistem as mudanças. Relatam que os professores, apesar de admitir a importância da inclusão, ainda sentem dificuldades para realizar as adaptações curriculares necessárias. Neste sentido, os cursistas reconhecem a importância do trabalho do pedagogo na mediação do processo de inclusão, como comenta uma colega pedagoga:

Nós pedagogos e professores podemos identificar elementos que contribuam na elaboração de estratégias pedagógicas, favorecendo assim a intervenção no enfrentamento da exclusão educacional e social. Essa é uma tarefa fundamental, para tal, faz-se necessário organizar as escolas para a eliminação das barreiras, fortalecer as relações entre a escola e a família, trocar experiências e o desenvolvimento de meios que priorizem a inclusão educacional. (PROFESSORA PEDAGOGA GTR, 2017).

As discussões relacionadas ao tema do papel do pedagogo como mediador do processo de inclusão escolar durante o GTR, problematizaram a efetivação da inclusão escolar do aluno com deficiência, o papel da equipe docente, diretiva e principalmente, da equipe pedagógica da escola. Considerou os fundamentos teóricos e metodológicos da Educação Inclusiva sob a ótica da concepção interacionista, pensando na proposta de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos alunos.

4 Considerações finais

O pedagogo ocupa um papel central no processo de mediação da inclusão no espaço escolar. A importância do seu trabalho consiste em fazer uma abordagem reflexiva no interior da escola buscando a participação de toda a comunidade escolar, de forma democrática, possibilitando discussões acerca do entendimento da inclusão escolar.

A relação que se estabelece entre os alunos é fundamental para a aprendizagem e o desenvolvimento, em especial, da pessoa com deficiência. Assim, essa proposta compreendeu o desenvolvimento de um projeto de construção de consciência inclusiva e respeito às diferenças com os alunos do sexto ano do Ensino Fundamental, sendo um trabalho que se pretende pelos próximos anos letivos, ser realizado com todas as turmas do Colégio Cataratas do Iguçu.

Após a implementação do projeto, os alunos realmente demonstraram maior clareza em relação as formas de enfrentamento da exclusão escolar, principalmente em relação aos alunos com deficiência que convivem com eles na escola. Aprenderam como tratá-los, valorizando suas potencialidades e respeitando seus limites. Notou-se também, considerável diminuição de situações de conflitos

envolvendo *bullying* e preconceito entre eles, e com isso, menos indisciplina em sala de aula. O resultado final foi um ótimo rendimento na aprendizagem da maioria dos alunos participantes do projeto durante o segundo trimestre do ano letivo de 2017.

Conclui-se assim, que é urgente a realização de discussões e atitudes em parceria escola e comunidade, para que sejam minimizadas as barreiras que se tornam sérios entraves e acabam por legitimar o discurso desanimado e até mesmo passivo de educadores que acreditam não ser possível a inclusão no ensino regular. Um trabalho árduo sim, mas extremamente necessário de problematização e também de prática no cotidiano da escola.

Uma educação pensada por este prisma deve estar circunscrita na busca de leis mais claras, ao discurso teórico e na prática escolar. É preciso entender que a educação se faz nas lutas pela qualidade da escola pública no Brasil que precisam acontecer concomitantes às práticas diárias, no bojo do fazer pedagógico.

Mediante um trabalho coletivo, é possível a busca, junto aos órgãos competentes, políticas educacionais claras que apresentem condições favoráveis para a real efetivação desse processo como: a adaptação do espaço físico; aquisição de materiais; formação continuada dos professores em educação especial; professor auxiliar na sala de aula; diminuição do número de alunos em sala de aula e tantas outras necessidades.

Referencias bibliográficas

AMARAL. L. A.; **Diferenças ,Estigma e preconceitos**: O desafio da inclusão. In: Oliveira,M.K.de; Souza,D.TR;Rego,T.C.(Orgs). Psicologia,educação e as temáticas da Vida contemporânea.São Paulo: Moderna,2002.

BRASIL. **Decreto nº 7.611** que dispõe sobre a educação especial, o atendimento especializado e dá outras providências, de 11 de novembro de 2011. Brasília, 2011.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira** (Lei 9394 de 20 de Dezembro de1996). Ministério da Educação. Brasília, DF, 2001. BRASIL. Constituição Federal. Brasília/DF, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ministério da Ação Social. Brasília, DF, 1990. Disponível em: www2.camara.gov.br/publicacoes/internet/publicacoes- /estatutocrianca.pdf

BRASIL. **Lei nº 13.146** que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015.

CARVALHO, A. R; ROCHA, J. V. da; SILVA, V. L. R. da. (Orgs.). Pessoa com deficiência na História: modelos de tratamento e compreensão. In: CARVALHO, A. R; ROCHA, J. V. da; SILVA, V. L. R. da. Programa Institucional de Ações relativas às pessoas com necessidades Especiais. **Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

ITANI, A. Vivendo o preconceito em sala de aula. In: AQUINO, Julio Groppa. (org.) **Diferenças e preconceitos na escola**: Alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, p. 119-134, 1998.

LIBANEO, J.C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004

OLIVEIRA, F. F. V. Sebastião Josué. **Bullying nas aulas de educação física**. Revista Movimento. Porto alegre, v. 12, n. 2, p. 173-197, mai. /ago., 2006.

ORSOLON, L. A. M. O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola. In: ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. S. (Orgs.). **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. 6ª Ed. São Paulo: Loyola, 2007. p.17-26.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**, 2011. Disponível em: <https://gepelufs1.files.wordpress.com/2011/05/escola-e-democracia-dermeval-saviani.pdf> >. Acesso em 26 abr. 2016.

SAVIANI, D. **Sentido da Pedagogia e Papel do Pedagogo**. Rev. ANDE, São Paulo. v.5, n.9, p. 27-28, 1985.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão-um guia para educadores**. Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 1999

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: ED. W.V.A, 1997.

VIGOTSKY, L.S, **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança normal**. São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n4/a12v37n4.pdf>>. Acesso em 22 nov. 2016>.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Tomo V. Madrid: Visor, 1997

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.